

NOVAS ESTRATÉGIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA: CONSTRUINDO PONTES ENTRE POLÍCIA E CIDADÃOS

Elsiane Machado¹
Roni Cavagnolli²

RESUMO: A polícia comunitária é um modelo de policiamento que visa fortalecer a segurança pública por meio da colaboração ativa entre a polícia e a comunidade. Ao adotar estratégias de proximidade, esse modelo busca não apenas responder a crimes, mas também prevenir ocorrências, promovendo um ambiente seguro e harmonioso. A participação comunitária é essencial para o sucesso dessa abordagem, pois permite que cidadãos e agentes de segurança trabalhem juntos na identificação de problemas locais e na elaboração de soluções que atendam às necessidades específicas de cada área. A prevenção criminal, neste contexto, vai além do policiamento tradicional, pois se fundamenta na construção de confiança mútua, na transparência e na criação de redes de apoio social que envolvem moradores, organizações e autoridades. Estudos mostram que onde há uma maior integração entre polícia e comunidade, os índices de criminalidade tendem a diminuir, reforçando a importância de iniciativas que estimulem essa colaboração. Este artigo explora como a polícia comunitária pode ser um instrumento eficaz na promoção da segurança pública, destacando a relevância da participação comunitária e da prevenção criminal como pilares para um ambiente mais seguro e inclusivo.

257

Palavras-chave: Segurança pública. Participação comunitária e prevenção criminal.

ABSTRACT: Community policing is a policing model that aims to strengthen public safety through active collaboration between the police and the community. By adopting outreach strategies, this model seeks not only to respond to crimes, but also to prevent occurrences, promoting a safe and harmonious environment. Community participation is essential to the success of this approach, as it allows citizens and law enforcement officers to work together to identify local problems and develop solutions that meet the specific needs of each area. Crime prevention, in this context, goes beyond traditional policing, as it is based on building mutual trust, transparency, and the creation of social support networks that involve residents, organizations, and authorities. Studies show that where there is greater integration between police and community, crime rates tend to decrease, reinforcing the importance of initiatives that encourage this collaboration. This article explores how community policing can be an effective instrument in promoting public safety, highlighting the relevance of community participation and crime prevention as pillars for a safer and more inclusive environment.

Keywords: Public safety. Community participation. And crime prevention.

¹ Pós-graduada em Segurança Pública pela UNINA.

² Pós-graduado em Segurança Pública pela UNINA.

1 INTRODUÇÃO

A polícia comunitária representa uma importante estratégia para a promoção da segurança pública, focando na colaboração entre a polícia e a comunidade para a prevenção criminal. Segundo Baccin e Da Cruz (2014), essa abordagem baseia-se na proximidade e na construção de confiança mútua, permitindo que cidadãos e agentes de segurança atuem juntos na identificação de problemas locais e na criação de soluções que atendam às necessidades específicas de cada região. Ao promover uma interação constante e transparente, a polícia comunitária não apenas responde aos crimes, mas também os previne, fortalecendo laços sociais e aumentando a sensação de segurança entre os moradores.

A implementação da polícia comunitária envolve a mudança de paradigmas tradicionais de policiamento, focando em uma atuação mais preventiva e menos repressiva. De acordo com Bordina (2009), essa abordagem busca integrar a polícia no cotidiano da comunidade, criando canais de comunicação direta e efetiva com os cidadãos. Essa proximidade facilita o entendimento das dinâmicas sociais e dos fatores que contribuem para a criminalidade, permitindo a formulação de estratégias mais adequadas e eficazes para sua prevenção. Ao incentivar a participação ativa dos moradores, a polícia comunitária promove um ambiente de cooperação que pode resultar na redução de conflitos e na construção de um espaço público mais seguro e resiliente.

258

A polícia comunitária surge como uma abordagem inovadora que busca estabelecer uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia e a comunidade. De acordo com De Camargo (2015), essa estratégia visa fomentar a confiança mútua e o engajamento comunitário na prevenção e solução de problemas locais. Ao contrário dos modelos tradicionais de policiamento, a polícia comunitária enfatiza a importância do diálogo constante e da participação ativa dos cidadãos, promovendo uma segurança pública mais eficaz e inclusiva.

Dessa forma, ao integrar a comunidade no processo de segurança pública, a polícia comunitária busca não apenas a redução da criminalidade, mas também a construção de uma cultura de paz e cooperação mútua. Essa abordagem revela-se essencial para responder de maneira mais eficaz às demandas sociais, promovendo um ambiente mais seguro e equitativo. Assim, a adoção de práticas de policiamento comunitário se apresenta como um caminho promissor para transformar as relações entre a polícia e a sociedade, fortalecendo os laços sociais e garantindo o respeito aos direitos humanos.

2 METODOLOGIA

A metodologia desempenha um papel essencial ao tornar a pesquisa científica mais eficiente e valorizada, sendo um elemento central da ciência. O método científico é fundamental para obter conhecimentos de forma objetiva, organizada, sistemática e passível de verificação. Esses conhecimentos, por sua vez, são concretos e podem ser submetidos a comprovação científica. O propósito da pesquisa científica é buscar a verdade, o que se dá por meio da validação de hipóteses, estabelecendo uma conexão entre a observação da realidade e a teoria que a interpreta. De acordo com Lakatos e Marconi, (2003) o método, é um conjunto de atividades organizadas e racionais voltadas para alcançar um determinado objetivo, sendo a metodologia de grande relevância para o avanço da pesquisa científica.

Este estudo é conduzido por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, orientada por uma abordagem descritivo-qualitativa, fundamentada na utilização inicial da tecnologia em questão. O material coletado na pesquisa bibliográfica foi obtido por meio de buscas em plataformas online, como Google Acadêmico, Capes e Scielo, além de literatura convencional relacionada ao tema.

3 RESULTADOS

Titulo	Autores/ano	Objetivo	Resultados	Conclusão
Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública.	DE MORAIS SALES, Lilia Maia; DE ALENCAR, Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo. (2009)	Analisar métodos de mediação de conflitos sociais, ressaltando a importância da polícia comunitária e seu papel na promoção da segurança pública, buscando soluções pacíficas e	Destacar a eficácia da mediação de conflitos sociais através da polícia comunitária, promovendo a redução da violência e do crime.	Conclui que a mediação de conflitos e a polícia comunitária são essenciais para uma segurança pública eficaz. O fortalecimento do diálogo entre a comunidade e a polícia promove a confiança mútua, reduz a violência e cria um ambiente mais seguro e colaborativo para todos.

		colaborativas para problemas sociais.		
A doutrina de polícia repressiva e a sua aplicação na filosofia de polícia comunitária.	MATRAK FILHO, Riskala. (2010)	Apresentar a doutrina de polícia repressiva, investigando como seus princípios podem ser aplicados na filosofia de polícia comunitária, promovendo uma abordagem mais preventiva e colaborativa na segurança pública.	Indicar que a aplicação da doutrina de polícia repressiva na filosofia de polícia comunitária enfrenta desafios, mas pode ser eficaz ao combinar controle com prevenção. A integração de métodos repressivos com uma abordagem mais humanizada fortalece a confiança e a cooperação entre polícia e comunidade.	Conclui que, embora a doutrina de polícia repressiva tenha sua importância, sua aplicação na filosofia de polícia comunitária exige equilíbrio. A combinação de estratégias repressivas com ações preventivas e de aproximação fortalece a confiança mútua, tornando a segurança pública mais eficaz e colaborativa.
Meandros entre a polícia comunitária e a polícia cidadã.	SAAVEDRA Herbert; MACIEL, Vilmar Duarte. (2024)	Analisar as interseções entre a polícia comunitária e a polícia cidadã, destacando suas diferenças e semelhanças, e propondo formas de integração para promover uma	Exibir que a integração entre a polícia comunitária e a polícia cidadã fortalece a participação social na segurança pública, promove uma redução significativa da criminalidade e	Concluir que a harmonização entre a polícia comunitária e a polícia cidadã é crucial para uma abordagem mais inclusiva e eficaz na segurança pública. A combinação de práticas e princípios de ambas as filosofias melhora a segurança, fortalece a confiança

		segurança pública mais eficiente e participativa.	melhora a confiança da população nas forças de segurança, criando um ambiente mais colaborativo e eficaz.	comunitária e promove uma gestão mais colaborativa.
A polícia comunitária como ferramenta de aproximação à comunidade: da teoria à prática.	VANTROBA, Rodrigo et al. (2023)	Analisar como a polícia comunitária pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para aproximar a polícia da comunidade, explorando sua implementação da teoria à prática.	Destacar que a polícia comunitária, quando aplicada corretamente, fortalece a confiança mútua entre a população e as forças de segurança, promovendo a cooperação e reduzindo a criminalidade. A prática bem-sucedida depende de capacitação, engajamento comunitário e adaptação às realidades.	Ressaltar que a polícia comunitária é uma estratégia eficaz para melhorar a segurança pública e a relação entre polícia e comunidade. No entanto, sua implementação requer mudanças estruturais, formação contínua e compromisso de todas as partes envolvidas para alcançar resultados duradouros.
Práticas Comunitárias da Polícia do Paraná? Reflexões na Perspectiva da Psicologia	GOEDERT FILHO, Valdir. (2016)	Analisar as práticas comunitárias da Polícia do Paraná sob a ótica da Psicologia Social	Evidenciar que as práticas comunitárias da PM PR quando orientadas pela Psicologia Social Comunitária,	Destaca que as práticas comunitárias da Polícia do Paraná, sob a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, podem ser vistas como um

Social Comunitária como Processo Educativo.		Comunitária, destacando seu papel como processo educativo para promover relações mais integradas e colaborativas.	favorecem a construção de vínculos sólidos entre polícia e comunidade, promovendo um ambiente de confiança mútua, cooperação e aprendizagem.	processo educativo que transforma as relações entre a polícia e a comunidade, promovendo maior engajamento, diálogo e cooperação para soluções compartilhadas.
Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã.	BOHN, Maurício Futryk. (2015)	Examinar a transição do policiamento tradicional para o policiamento comunitário, destacando como essa mudança promove uma abordagem mais cidadã, focada na colaboração e na prevenção de conflitos sociais.	Mostrar que a transição para o policiamento comunitário fortalece a relação entre polícia e comunidade, promovendo maior confiança e cooperação. A prática do policiamento cidadão reduz a criminalidade, melhora a percepção de segurança e favorece soluções mais eficazes e participativas	Aponta que a transição para o policiamento comunitário é essencial para modernizar as forças de segurança, tornando-as mais próximas da comunidade. No entanto, essa mudança exige capacitação, mudanças institucionais e comprometimento contínuo para alcançar uma atuação policial mais cidadã e eficaz.

4 DISCUSSÕES

A polícia comunitária se destaca como um modelo de segurança pública voltado para a aproximação entre a população e as forças policiais, buscando não apenas a repressão ao crime, mas também a prevenção de conflitos e a promoção de um ambiente mais seguro.

Esse modelo prioriza a construção de relações de confiança mútua, na qual o policial atua como mediador e facilitador da paz social. Ao fomentar o diálogo entre as partes e incentivar a participação ativa da comunidade, a polícia comunitária contribui para uma segurança pública mais colaborativa e eficaz

De acordo com De Moraes Sales, De Alencar e Feitosa (2009), a mediação de conflitos sociais desponta como uma estratégia crucial para a promoção de um ambiente de convivência mais harmonioso e seguro, especialmente quando associada às práticas da polícia comunitária. Destacam que a mediação possibilita o engajamento direto das partes envolvidas em disputas, incentivando o diálogo construtivo e evitando o agravamento de tensões que poderiam evoluir para episódios de violência. Apontam, ainda, que essa abordagem contribui para a construção de uma segurança pública mais eficaz, ao reforçar os laços de confiança entre as comunidades e as forças de segurança. Nesse sentido, o uso da mediação não apenas ajuda a reduzir a criminalidade, mas também a transformar a dinâmica dos conflitos, fomentando maior compreensão e coesão social.

Conforme Matrak Filho (2010), embora a doutrina de polícia repressiva se baseie na reação a infrações, utilizando medidas punitivas e coercitivas para restaurar a ordem pública, a filosofia de polícia comunitária surge como uma alternativa que visa superar as limitações desse modelo. A polícia comunitária adota uma abordagem preventiva e integrada, promovendo a cooperação entre as forças de segurança e a comunidade local. Nesse modelo, a ênfase está no fortalecimento das relações entre a polícia e os cidadãos, com o objetivo de identificar e solucionar problemas de segurança de forma colaborativa, antes que se transformem em infrações. Tal estratégia não só aumenta a eficiência da prevenção, como também contribui para a construção de um ambiente de confiança mútua e legitimidade institucional.

Saavedra e Maciel (2024) destacam que os modelos de polícia comunitária e polícia cidadã compartilham princípios fundamentais, mas divergem em sua implementação e foco. Enquanto a polícia comunitária busca a cooperação ativa entre as forças policiais e a comunidade local para a resolução de problemas, a polícia cidadã enfatiza o respeito aos direitos individuais e à dignidade humana como pilares de sua atuação. Ambos os modelos, no entanto, compartilham o objetivo de promover uma segurança pública mais humanizada e eficiente, com base na prevenção e no diálogo constante com a sociedade, o que fortalece a confiança pública nas instituições de segurança e contribui para a pacificação social.

Segundo Vantroba et al. (2023), o modelo de polícia comunitária é uma ferramenta essencial para melhorar a relação entre as forças de segurança e a população. A implementação desse modelo permite que os policiais atuem de forma mais próxima da comunidade, conhecendo suas necessidades e particularidades. A aproximação se dá através de diálogos contínuos, promovendo uma cooperação mútua que fortalece a confiança e legitimação das forças policiais. Além disso, ao envolver os cidadãos em decisões relacionadas à segurança pública, o modelo estimula a corresponsabilidade, aumentando a eficácia das ações preventivas e a redução da criminalidade. Essa abordagem não se limita à aplicação da lei, mas busca uma integração maior com a comunidade, gerando resultados mais sustentáveis e participativos.

De acordo com Goedert Filho (2016), as práticas comunitárias da polícia são estruturadas com base em princípios da psicologia social comunitária, enfatizando a importância de uma atuação que vá além da simples repressão criminal. O autor destaca que essas iniciativas visam estabelecer um canal de comunicação mais efetivo entre a polícia e os cidadãos, incentivando uma parceria que favorece a resolução de conflitos de maneira preventiva e educativa. Nessa perspectiva, a polícia não é vista apenas como uma entidade de imposição da ordem, mas como uma mediadora que contribui para o fortalecimento do tecido social, promovendo o empoderamento comunitário e a participação ativa dos cidadãos na construção de um ambiente mais seguro. Sugere ainda que a prática policial assume um papel educador, estimulando a autonomia das comunidades e a criação de soluções colaborativas para os problemas cotidianos, reforçando o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

No âmbito das discussões sobre polícia comunitária, fica evidente que a transição do modelo tradicional para uma abordagem cidadã envolve uma transformação profunda nas práticas policiais e na interação com a sociedade. Bohn (2015) ressalta que a polícia comunitária se diferencia pela construção de laços de confiança e colaboração entre os agentes de segurança e a população local, ao invés da ênfase no controle centralizado e na repressão. Esse modelo busca integrar a polícia como um parceiro ativo no cotidiano das comunidades, atuando de forma preventiva e participativa na resolução de problemas locais. A eficácia desse tipo de policiamento requer não apenas novas estratégias operacionais, mas também uma mudança cultural dentro da corporação, onde os policiais são incentivados a se envolver de maneira mais próxima e humana com os cidadãos. O sucesso dessa prática, segundo o autor, está diretamente relacionado à capacidade da polícia de adaptar suas

funções a uma lógica de serviço comunitário, promovendo a segurança de maneira compartilhada e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polícia comunitária representa uma mudança significativa na forma de pensar a segurança pública, ao priorizar a proximidade e a colaboração entre os agentes de segurança e a comunidade. Em vez de atuar de forma reativa, esse modelo promove uma abordagem preventiva, onde a polícia não apenas combate o crime, mas também trabalha junto à comunidade para entender e resolver as causas subjacentes à criminalidade. Essa interação constante fortalece o sentimento de segurança e confiança mútua, resultando em uma sociedade mais coesa.

A integração da comunidade nas estratégias de policiamento é essencial para o sucesso desse modelo. Ao incentivar a participação ativa dos cidadãos, a polícia comunitária cria um canal de comunicação aberto, onde os problemas são identificados mais rapidamente e as soluções são moldadas de acordo com as necessidades específicas de cada local.

Por fim, a prevenção criminal, no contexto da polícia comunitária, vai além da simples presença policial. Ao trabalhar em conjunto com a população, desenvolvem-se estratégias que abordam não apenas os sintomas da criminalidade, mas também suas causas sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, a polícia comunitária contribui para a criação de um ambiente mais seguro e sustentável a longo prazo, onde a cooperação e o respeito mútuo são as bases da convivência pacífica.

REFERÊNCIAS

BACCIN, Leonardo Rincon Stankiewicz; DA CRUZ, Tércia Maria Ferreira. Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da Polícia Comunitária. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis- SC v. 8, n. 2, p. 13-34, 2015.

BOHN, Maurício Futryk. Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. **Revista Jus Navigandi**, Teresina- PI p. 1518-4862, 2015

BORDINA, Marcelo. POLÍCIA COMUNITÁRIA: entre a retórica do estado e a prática cotidiana. **Surveillance in Latin America**, “Vigilancia, Segurança e Controle Social” PUCPR, Curitiba-PR, P. 349-368, 2009.

DE CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo-SP v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.

DE MORAIS SALES, Lilia Maia; DE ALENCAR, Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis-SC, p. 281-296, 2009.

GOEDERT FILHO, Valdir. Práticas Comunitárias da Polícia do Paraná: Reflexões na Perspectiva da Psicologia Social Comunitária como Processo Educativo. **Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, Fundamentos da Metodologia Científica, São Paulo, 5. Ed. 2003.

MATRAK FILHO, Riskala. A doutrina de polícia repressiva e a sua aplicação na filosofia de polícia comunitária. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis- SC v. 3, n. 1, p. 41-56, 2010.

SAAVEDRA, Herbert; MACIEL, Vilmar Duarte. Meandros entre a polícia comunitária e a polícia cidadã. **REVISTA INTERNACIONAL DE VITIMOLOGIA E JUSTIÇA RESTAURATIVA**, São Paulo- SP v. 2, n. 1, p. 214-230, 2024.

VANTROBA, Rodrigo et al. A polícia comunitária como ferramenta de aproximação à comunidade: da teoria à prática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo-SP, v. 9, n. 5, p. 3438-3453, 2023.

..